

VISÕES DA LÍNGUA(GEM) EM COMENTÁRIOS SOBRE *INTERNETÊS NÃO É LÍNGUA PORTUGUESA* *

Fabiana Komêsu**

RESUMO: O objetivo deste trabalho é discutir as representações que estudantes de nível universitário de cursos de licenciatura em letras e em pedagogia colocam em circulação a respeito do chamado “internetês”, forma grafolingüística que se difundiu em gêneros digitais como *chats*, *blogs* e redes sociais como o orkut. De maneira popular, o internetês é conhecido como o português escrito na internet, caracterizado por simplificações de palavras que levariam em consideração, para sua composição, a modalidade falada (em sua vertente popular e estigmatizada) da língua, em detrimento da modalidade escrita (em sua vertente padrão e prestigiada). A partir de uma proposta de produção textual, os referidos alunos deveriam discutir a pertinência da afirmação *internetês não é língua portuguesa*, atentando para determinadas concepções teóricas sobre *língua*, *linguagem*, *relação fala-escrita* e *letramento*, examinadas na disciplina de *prática de leitura e produção de texto*. Este trabalho procura problematizar, em especial, representações de língua(gem) que circulem entre os estudantes universitários. A hipótese é a de que os que concordam que *internetês não é língua portuguesa* têm como referente concepção(ões) de língua portuguesa como *norma gramatical* que deve ser obedecida em quaisquer circunstâncias de uso, sobretudo, quando se trata da modalidade escrita. Apoiado na reflexão de Corrêa (2004) – *o modo heterogêneo de constituição da escrita* –, este trabalho busca mostrar que a linguagem é heterogênea em sua concepção, o que

* Universidade Estadual Paulista (Ibilce/São José do Rio Preto).

O presente trabalho tem origem no projeto de pesquisa *Oralidade e letramento: o estudo da escrita no contexto da tecnologia digital*, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) no âmbito do *Programa de Apoio a Jovens Pesquisadores em Centros Emergentes* (processo 04/14887-8). O projeto é desenvolvido no Departamento de Estudos Lingüísticos e Literários (DELL) do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas (IBILCE) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), *campus* de São José do Rio Preto (SP). Agradeço às professoras Cristiane Carneiro Capristano e Graziela Zanin Kronka e ao professor Lourenço Chacon pela leitura da primeira versão deste trabalho e pelas sugestões.

** DELL/IBILCE/Unesp/SJRP; Fapesp processo 04/14887-8. E-mail: komesu@ibilce.unesp.br

KOMESU, Fabiana. Visões da língua(gem) em comentários sobre *internetês não é língua...*

exclui a possibilidade de pensar o internetês como mera representação da fala ou como produção textual que apenas sofre interferência da fala na escrita.

PALAVRAS-CHAVE: Escrita; Heterogeneidade; Internet.

INTRODUÇÃO

Pretendo, neste trabalho, discutir representações sobre língua e linguagem, elaboradas por estudantes de nível universitário, a respeito do chamado internetês. De maneira popular, o internetês é conhecido como o português digitado na internet, caracterizado por simplificações de palavras que levariam em consideração, principalmente, uma suposta *interferência da fala* na escrita. Essa prática de escrita digital, observada em *chats*, *blogs* e redes sociais, tem suscitado polêmica entre usuários e não usuários da rede (cf. Marconato, 2006; Giarrante, 2005).

Com base em uma proposta de produção textual, estudantes universitários deveriam debater a pertinência da afirmação *Internetês não é Língua Portuguesa*. Interessou-me, em particular, a investigação das representações que circulam entre os que concordam com a asserção proposta, já que se trata de *dizeres* e de *saberes* produzidos por futuros professores a respeito de práticas de escrita digital.

LÍNGUA E LINGUAGEM EM COMENTÁRIOS SOBRE INTERNETÊS

De meu ponto de vista, o estudo da produção escrita na internet é interessante não somente por seu caráter de ineditismo, ao propiciar a investigação das transformações lingüísticas do/no texto, mas também porque permite debater questões gerais sobre a relação falado/escrito, presentes em outros tipos de material, como o produzido em contexto escolar formal, instigando indagações acerca das concepções de língua e de linguagem que regem esses usos.

O lugar atribuído à linguagem e, principalmente, à modalidade escrita tem suscitado diversas questões. Perguntas como *Há um processo de transformação da escrita com o uso da internet?* ou *Houve uma degradação da escrita com a introdução da internet na vida das pessoas?* são cada vez mais freqüentes. Elas são representativas de um pensamento dominante que envolve o cotidiano dos indivíduos de uma sociedade que quer ser reconhecida como digital, isto é, que acredita assim poder se integrar ao processo de globalização proporcionado pelas novas tecnologias.

Acredito que é com base em um critério de *pureza* projetada como ideal da escrita que muitos indivíduos – incluídos universitários e professores de Língua Portuguesa – fazem a crítica aos usos da linguagem que emergem da internet. A imagem de degradação da escrita (e, por extensão, a da língua) pelo uso da tecnologia digital advém do pressuposto de que há uma modalidade *escrita pura*, associada seja à norma culta padrão, seja à gramática prescritiva, seja à imagem de seu uso por autores literários consagrados; enfim, um tipo de escrita que sofreria *interferência da fala*, que deveria ser seguido por todos, em quaisquer circunstâncias. Assim concebida, a escrita *da* e *na* internet é considerada como *empobrecimento* do idioma. Esse mesmo conceito é, muitas vezes, atribuído aos usos que fazem os indivíduos não dotados da tecnologia da escrita alfabética, ditos analfabetos ou iletrados.

Para investigar idéias correntes de *pureza da escrita* e de *empobrecimento da língua portuguesa*, devido às práticas de escrita digital, apliquei uma atividade de produção de texto para alunos do 1º ano dos cursos de Licenciatura em Letras (disciplina *Prática de leitura e produção de textos I*) e de Licenciatura em Pedagogia (disciplina *Prática de leitura e produção de texto*) da Unesp, campus de São José do Rio Preto (SP). A justificativa da escolha se deve ao fato de serem primeiranistas que optaram por carreiras que possibilitam o exercício do magistério na disciplina de Língua Portuguesa.

A aplicação da proposta foi realizada no final do 1º semestre de 2006, no período subsequente ao da discussão de textos teóri-

cos que abordavam concepções acerca de *língua, linguagem, relação fala-escrita e letramento*.¹ A hipótese inicial era de que universitários que tomassem conhecimento de teorias lingüísticas estariam menos suscetíveis à reprodução de práticas instituídas, sobretudo pela escola tradicional, a respeito de *língua, linguagem e modalidade escrita*.

As instruções para a produção textual eram as seguintes: o aluno deveria levar em conta as referidas concepções teóricas e também diferentes posições a respeito do *internetês*, exemplificadas em excertos extraídos de uma reportagem jornalística, publicada na revista *Língua Portuguesa* em 2006, e de comunidades da rede social Orkut, contrárias e favoráveis ao *internetês*. Com base na coletânea, ele deveria elaborar um texto dissertativo de até 30 linhas, posicionando-se a favor ou contra o tema *Internetês não é Língua Portuguesa*.

Apresento a seguir a proposta de produção de texto, com adaptações:²

TEMA: Internetês não é Língua Portuguesa

INSTRUÇÕES: Levando em conta: (i) as concepções teóricas sobre *língua, linguagem, letramento e relação fala-escrita*, discutidas nesta disciplina e (ii) as diferentes posições exemplificadas nos textos abaixo, construa um texto dissertativo argumentando a favor ou contra o tema proposto; (2) O texto deve ter o máximo de 30 linhas; (3) O texto deve ser entregue no dia X de junho de 2006.

TEXTO 1. Formado pelo inglês dos softwares e manuais, por abreviações e símbolos (*emoticons*), o jargão [internetês] empresta à escrita a liberdade da fala, com vocabulário e construções gramaticais próprios. Enquanto os textos tradicionais podem ser relidos, repensados, corrigidos, as mensagens em tempo real tendem ao mínimo de caracteres, são mais curtas e dadas com rapidez – o “falante” pode conversar com muita gente ao mesmo tempo. (...)

MARCONATO, S. A revolução do internetês.
Revista Língua Portuguesa (1): 5, 2006. p. 24.

¹ Os textos teóricos trabalhados em sala de aula foram os de Geraldi (2004), Marcuschi (2004), Bagno (2005) e Koch (2002).

² Houve supressão do nome da disciplina e do dia de entrega do trabalho.

Filol. lingüíst. port., n. 8, p. 425-437, 2006.

TEXTO 2. **Eu EsCrEvO AxIm, Ql o ProBlemA?** 24/02/2006 19:59
PUTZ...EU Ñ SEI PQ V'GS NUM GOSTAM DE MQ ESCRIVE AXIM???...NOS
SAIMOS DA ROTINA D ESCRIVER CERTINHO. AFF..XEGA 1 HRO Q ENJOJA,
TD MUNDO IGUAL...TD A MESMA COISA, ESCRIVENDO AXIM VC MOS-
TRAR SUA PERSONALIDADE, TIPO ESCRIVER AXIM É UMA MANEIRA D
"MOSTRAR "SEU ESTILUUU..
EU PENSO AXIM E V'GS????

T.

tópico: Eu EsCrEvO AxIm, Ql o ProBlemA?
Comunidade *Eu OdEiU GeNTi ki IsKreVi AxIM*

Fonte: <http://www.orkut.com/Community.aspx?cmm=71402>. Coletado
em: 23/05/2006.

TEXTO 3. **meu Deus** 25/02/2006 16:21

"T." vc escreve desse jeito sempre?

que isso?

se fosse pra sair da rotina da escola ninguém entraria nela não acha? Se
fosse para todo mundo ter seu próprio "estilo" como vc diz, ninguém
passaria anos estudando a língua portuguesa.. eu acho uma tremenda falta
de respeito com o nosso idioma que é tão cheio de normas que foram
criadas para serem cumpridas vc sabia? Bom acho que vc não sabe não.. é
muito pra sua cabecinha ok?

K. (*idem*)

TEXTO 4. 19/07/2005 23:52

Ao meu ver não há isso de extinção da língua, já que há vários tipos de
linguagem usados ao mesmo tempo, e para diversos fins; uma forma de
linguagem não substitui outra, pois uma pessoa é incapaz de se comunicar
em um só meio de linguagem.

J. L.

Tópico: O internetês é uma evolução positiva e negativa?

Comunidade *Internetês – Letras*

Fonte: <http://www.orkut.com/Community.aspx?cmm=679680>. Coletado
em 30/03/2006.

TEXTO 5. Uma coisa é a grafia; outra, a língua. Não há linguagem nova, só
técnicas de abreviação no internetês. As soluções gráficas são até interes-
santes, pois a grafia cortada é a vogal. A palavra "cabeça", por exemplo, vira
"kbça", e não aea". A primeira forma contém os fonemas indispensáveis ao
entendimento.

Sírio Possenti, professor de Linguística da Unicamp.

In: MARCONATO, S. Op. cit.

Obtive 28 textos dos alunos de Letras e 30 dos de Pedagogia. Dos 58 textos avaliados, 9 posicionaram-se a favor da idéia exposta no tema, ou seja, contra o internetês. O número equivale a 15,51% do material coletado. A hipótese inicial parece ter sido confirmada, dado o conjunto reduzido de textos favoráveis ao tema. Interessou-me, pois, observar os argumentos empregados pelos alunos contrários ao internetês. Para este trabalho, não fiz distinção da procedência acadêmica do escrevente – se proveniente do curso de Letras ou de Pedagogia. Dediquei-me exclusivamente ao exame dos textos.

Apoiada na reflexão de Corrêa (2004), busquei observar como os universitários que afirmam que *internetês não é Língua Portuguesa* justificam seus argumentos com base no que o autor denomina *código escrito institucionalizado*. Segundo Corrêa, o emprego da palavra *código*, nessa expressão, não implica processo de codificação da língua pela escrita ou o da decodificação, por um receptor, de um produto acabado; tampouco diz respeito à tecnologia da escrita, em geral, identificada com a escrita alfabética. Para o autor, a expressão busca significar a representação que o escrevente faz do institucionalizado para a (sua) escrita, mediante um processo de fixação pelas instituições, não apenas a escolar. O escrevente estaria (seria), assim, sujeito *aos movimentos da história e da sociedade*, em uma (sua) relação dinâmica com a linguagem (Corrêa, 2004, p. 10-1).

De fato, é a institucionalização de certa representação da escrita – e, por extensão, da língua e da linguagem –, por parte da escola, que prevalece nos comentários desses alunos. Parece ser “sempre o caráter da réplica – tentativa de adequar o texto ao que recomenda a prática escolar tradicional” que direciona os comentários desqualificadores a respeito do internetês.

Dentre os argumentos mais recorrentes para o não reconhecimento do internetês como Língua Portuguesa ou para o reconhecimento do internetês como degradação da língua estão os vinculados ao registro gráfico-visual. *Problemas de ortografia, abreviatura*

e *troca de letras* são os mais mencionados, como observado neste excerto:

Texto 01

O que são constatados nessas interações [por meio do internetês] são graves problemas de gramática, grafia incorreta que envolve desde uma abreviatura até termos confusos devido à troca de letras. (01-004)

Observa-se, nesse excerto, que o universitário se equivoca: (i) ao relacionar *grafia incorreta a abreviatura* e (ii) ao propor que *grafia incorreta* envolva *termos confusos devido à troca de letras*.

Na primeira associação, o escrevente consegue ser mais rigoroso do que a instituição *gramática*, na qual se funda para criticar o internetês. Na gramática de Cunha e Cintra, por exemplo, os autores admitem que “o ritmo acelerado da vida intensa de nossos dias obriga-nos, necessariamente, a uma elocução mais rápida”, facultada pela abreviação (Cunha e Cintra, 1985, p. 114-5). Na de Bechara, a abreviação “é comum não só no falar coloquial, mas ainda na linguagem cuidada” (Bechara, 2003, p. 371).

Na segunda associação realizada pelo universitário, a afirmação de que certos *termos* tornam-se *confusos* devido à troca de letras também não se sustenta. Observemos a seguinte construção, extraída de uma comunidade virtual do Orkut, voltada para os que odeiam internetês:

Texto 02

Eu OdEiU GNTi ki IsKreVi AxIM

Trata-se de uma ironia em relação à imagem do outro, que deve ser negada no próprio discurso. O título é exemplar para discutir o que os universitários e demais avessos ao internetês chamam de *troca de letras*.

Em “odeiu”, há a substituição da vogal “o”, em sílaba não-acentuada final de palavra, pela vogal [u], em referência ao modo como

a palavra é pronunciada na maioria das variedades lingüísticas do Brasil. Em “gnti”, chamo a atenção para a omissão da vogal na sílaba com estrutura CVC “gen”, já que a vogal “apareceria”, de certo modo, no nome da letra ‘g’ (pronunciada como ‘je’). Outro processo ocorre em “ki”, em que há substituição do dígrafo “qu-” pela letra “k”, seguida da vogal “i” – que está no lugar da vogal “e” –, resultando na sílaba “ki”, mais uma vez, transcrição do modo como a palavra é pronunciada na maioria das variedades lingüísticas do Brasil. Em “ixcrevi” destaco, por um lado, a elevação da vogal [e] nas sílabas não-acentuadas inicial e final da palavra, como ocorre, em geral, em estilos mais informais de fala; por outro, a substituição da consoante “s” por “x”, tanto em “ixcreve” quanto em “axim”. Ora, é sabido que a consoante “x” tem diversas realizações sonoras. “X”, em posição de coda silábica, pode corresponder a [s] (como na variedade paulista) ou a [ch] (como na variedade carioca), como se verifica em “exterior”, “extra”, “extemporâneo”.

Essas *trocas de letras* se fundam, pois, em possibilidades do próprio sistema de escrita do português. O problema, se existir, residiria apenas na inadequação às convenções ortográficas – e não na produção de *confusão*.

Vejamos outro comentário em que o universitário admite a possibilidade de variação, mas baseada em *atitudes prescritivas* quanto à língua:

Texto 03

Ainda que funcional para a internet, o internetês não é Língua Portuguesa, mesmo que foneticamente entendível; temos que admitir que o internetês é uma linguagem restrita e que os métodos de abreviação podem variar de acordo com a região, faixa etária, assunto, diferente da gramática padrão onde um texto escrito hoje em algum lugar pode ser lido e entendido em uma outra época. (01-010)

Destaco o trecho final do excerto: *um texto escrito hoje [segundo a gramática padrão] pode ser lido e entendido em uma outra época*. Penso que a afirmação é também equivocada, já que desconsidera a

mudança histórica nos diversos níveis lingüísticos (morfossintático, fonético e semântico). Um texto escrito no século XVII, por exemplo, não é facilmente inteligível em nossa época:

Texto 04

Entre os remeadores do Euangelho ha hūs q rahem a remear, ha outros q remeaõ sē rahir Os q rahem a semear, raõ os que vaõ pregar á India, á China, ao lapaõ: os que remeaõ rem rahir, naõ os que re contentaõ com prégar na patria. Todos teraõ rua razão, mas tudo tem rua conta. Aos que tem a reara em cana, pagarlhessaõ a remeadura: aos que vaõ buncar a reara taõ longe, haõlhes de medir a remeadura, & haõlhes de contar os parros. (Padre Antônio Vieira, *Serman da Sexagesima*: prégado na Capella Real)

Nesse excerto, extraído de um sermão do Padre Antônio Vieira,³ observa-se um modo outro de registro gráfico. Grafemas que não são mais utilizados na escrita (*remeadores*, *lapaõ*, *pa~~rr~~os...*) são, talvez, índices mais difíceis de serem “decodificados” pelo leitor do século XXI, mas há outras diferenças que contribuem para a produção de um distanciamento quanto às práticas de escrita em um e em outro tempo histórico. O leitor tem de se confrontar com o emprego divergente do sinal diacrítico til (*hūs*, *naõ*, *taõ*, *vaõ*, *remeaõ*, *contentaõ*, *teraõ*); com a ausência de acento (*ha*, *patria*, *tem* = 3ª pessoa do plural do presente do indicativo); com a ausência de critério para ortografia (*pregar*/ *prégar*); com o registro diverso do acento grave (*á* India, *á* China); com a indistinção na utilização da vogal *u* e da consoante *v* (por exemplo, em *Euangelho*); com o processo de aglutinação de vocábulos (*pagarlhessaõ*, *haõlhes*) os quais, em nossa época, são escritos separadamente. Possivelmente, um dos poucos índices que o leitor identificaria, nesse texto, como

³ O texto é parte integrante de uma amostra diacrônica do Português, organizada pela Prof^a. Dr^a. Sanderléia Roberta Longhin-Thomazi no âmbito do Projeto de Pesquisa *Gramaticalização de Perífrases Conjuncionais na História do Português*, financiado pela Fapesp (processo 02/12005-2) no DELL/IBILCE/Unesp/SJRP. Essa amostra reúne textos de gêneros diversos em Língua Portuguesa, dos séculos XIII ao XX. Agradeço a professora por permitir o acesso a esse e a outros textos e também pelos esclarecimentos e pelas sugestões.

próximo aos da atualidade, é o uso do pronome *que* grafado em sua forma abreviada *q*, como nas práticas atribuídas ao contexto digital.

Desse modo, o universitário escrevente do Texto 03 ficaria surpreso ao saber que os escritos do Padre Antônio Vieira são representativos de uma classe social que detinha o poder de escrita no século XVII. Não se tratava de discutir gramática padrão e seus usos, já que as convenções eram pouco estabilizadas *naquela época*.

O universitário reproduz tanto a crença segundo a qual a escrita preserva um sentido único para os textos quanto a de que textos escritos independem de suas *condições de produção*. Esse mito em relação ao registro gráfico é salientado por Corrêa como um dos pilares do império da escrita, *o da permanência do sentido por ela registrado* (Corrêa, 2004, p. XII). Acredito, portanto, que, subjacente à afirmação de que o texto do internetês não pode ser lido em qualquer época – contrariamente ao que ocorreria com o escrito segundo a gramática –, está a suposição de que o entendimento do texto escrito depende quase que exclusivamente de sua materialidade gráfica. Desse modo, o internetês não é considerado uma representação da *língua*, mas tende a ser visto unicamente como modo de expressão restrito à comunicação de determinado grupo.

Os discursos estabilizados da instituição escolar aparecem ainda, com força, em comentários acerca da importância da escolarização, como no excerto seguinte:

Texto 05

Se fosse para escrever daquele jeito [em internetês] não precisaríamos passar onze anos estudando regras, concordâncias, verbos e etc., se no fim nada será usado. (02-036)

Ao mesmo tempo em que reproduz o valor social da instituição escolar, o universitário projeta a auto-atribuição de uma capacidade suposta como desejável ao professor, isto é, a de recorrer à metalinguagem para a imposição da norma padrão – independentemente da distinção do que seriam *graves problemas de gramática* e

da necessidade de estudos de *regras, concordâncias, verbos e etc.* no processo de escolarização.

Em relação à posição atribuída ao escrevente do internetês no que se refere à língua, pode-se pensar que ele assume o estigma que essa prática carrega. Os universitários afirmam, em seus comentários, que os usuários do internetês não seguem as regras da língua na produção escrita digital porque têm problemas de aprendizado ou ainda porque têm problemas de personalidade, já que estariam sofrendo influência de outros no ambiente virtual. Constatações semelhantes são também encontradas em comentários publicados no Orkut.⁴

A avaliação dos textos dos universitários contrários ao internetês mostra como os avessos a esse tipo de escrita digital reproduzem práticas instituídas pela escola tradicional, com a positivação de ações normativas quanto à modalidade escrita. Mediante essas práticas, o indivíduo é comumente levado a afirmar que usuários do internetês não sabem se expressar ou o fazem de modo insatisfatório. Se não conseguem se expressar de acordo com a língua padrão – portadora legítima, segundo eles, da *identidade nacional* –, simplesmente não pensam: são semi-analfabetos, apresentam distúrbios mentais. Prevalece, pois, uma *noção de linguagem como expressão do pensamento*, facultada apenas aos capazes de dominar a norma padrão.

⁴ De maneira totalmente descomprometida da posição atribuída ao universitário ou ao professor/educador, escreventes de comunidades do Orkut veiculam constatações similares, as quais expõem preconceitos dissimulados na sociedade. Os participantes dessa rede social acreditam que os usuários do internetês – ou seriam todos aqueles destituídos da tecnologia da escrita alfabética? – não seguem as normas da língua porque têm problemas de aprendizado (são *semi-analfabetos*), porque têm problemas de saúde (são *retardados, débeis mentais*), porque têm problemas sexuais (são *gays, lésbicas* ou *não transam há muito tempo*). Seriam também criminosos, homicidas voluntários da língua materna (cf. Komesu, 2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da perspectiva dos estudos lingüístico-discursivos, o exame dos comentários de universitários sobre o *internetês* coloca em evidência uma visão tradicional a respeito da modalidade escrita, perpetuada, até hoje, em manuais de língua para uso do grande público. Essa visão desconsidera totalmente a heterogeneidade constitutiva da linguagem e das práticas textuais, com a pressuposição da interferência – considerada errada e, por isso, indesejada – do falado no escrito e com a assunção preconceituosa contra as práticas orais/faladas. Mais do que isso, essa visão implica a necessidade de aprendizado formal (o fator escolaridade) para que se tenha acesso a um *lugar de enunciação legitimado* (pelas instituições), com o *direito da enunciação (pela) escrita*. De fato, esse parece ser o caráter dominante da alfabetização em nosso país, quando privilegia as práticas letradas e os indivíduos dotados da tecnologia da escrita alfabética, desfavorecendo, com preconceito, as práticas orais e os indivíduos alheios ao ensino formal. Esse parece ser também o caráter que continua a circular entre universitários que trabalham com os dizeres e os saberes acerca da Língua Portuguesa.

BIBLIOGRAFIA

- BAGNO, M. (2003) *A norma oculta: língua & poder na sociedade brasileira*. 4. ed. São Paulo: Parábola.
- _____. (2005) Dez cisões: para um ensino de língua não (ou menos) preconceituoso. Disponível em: www.marcosbagnos.com.br. Acesso em: 03/08/2005.
- CORRÊA, M. L. G. (2004) *O modo heterogêneo de constituição da escrita*. São Paulo: Martins Fontes.
- GERALDI, J. W. (2004) Concepções de linguagem e ensino de português. In: _____. (Org.). *O texto na sala de aula*. 3. ed. São Paulo: Ática, p. 39-46.
- GIARRANTE, A. C. (2005) Vamos tc? *Revista Bratz* (1): 4.
- KOCH, I. G. V. (2002) Concepções de língua, sujeito, texto e sentido. In: _____. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, p. 13-20.
- KOMESU, F. (2006) *Internetês para interneteiros: (velhas) questões sobre escrita*. 54^o. *Seminário do Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo*. Araraquara (SP): Univer-

Filol. lingüíst. port., n. 8, p. 425-437, 2006.

cidade Paulista (Unip), 27 a 29 de julho de 2006. Submetido à comissão editorial da Revista *Estudos Lingüísticos* (sob avaliação, mimeo, 8p.).

MARCONATO, S. (2006) A revolução do internetês. *Revista Língua Portuguesa* (1): 5, p. 24.

MARCUSCHI, L. A. (2004) Oralidade e letramento. In: _____. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. 5. ed. São Paulo: Cortez, p. 15-43.

YAGUELLO, M. (1988) *Catalogues des idées reçues sur la langue*. Paris: Seuil.

ABSTRACT: This paper aims to discuss the representation that university students of letters and pedagogy courses use in the so-called “internetês”, a grapholinguistic form which has been spread in digital genres such as chats, blogs and social networks as the orkut. Popularly, the “internetês” is known as “portuguese language as written on the internet”, characterized by word simplifications that would consider, in the formation process, the spoken genre (the non-standard and stigmatized varieties) of language, rather than the written genre (the standard and prestigious varieties). By means of a textual composition activity, the students were supposed to discuss the relevance of the statement *internetês não é língua portuguesa*, paying attention to some theoretical conceptions about *language* (both in idiomatic and systematic terms), *speaking – writing relation* and *literacy*, assessed in a *reading and writing practice* course. This paper seeks to discuss, mainly, university students’ representation of their own language. The hypothesis is that those students who think that *internetês não é língua portuguesa* conceive portuguese language as a set of grammatical rules which must be followed whatever the circumstances might be, especially concerning written language. Based on the reflections of Corrêa (2004) – *o modo heterogêneo de constituição da escrita* – this paper attempts to show that language is heterogeneous in its conception, which makes it impossible to think “internetês” as a simple representation of speech or as textual composition influenced by spoken language.

KEYWORDS: Writing; Heterogeneity; Internet.